



BALANÇO DE 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

18/02/2021 12:04:28

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 12 LEI 4320

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO		RECEITAS		SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	REALIZADAS		c = (b - a)
		(a)	(b)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			6.456.510,04	6.456.510,04	(+)
RECEITAS CORRENTES			5.789.318,04	5.789.318,04	(+)
RECEITA PATRIMONIAL			4.090.010,20	4.090.010,20	(+)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO			9.386,34	9.386,34	(+)
VALORES MOBILIÁRIOS			4.080.623,86	4.080.623,86	(+)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			1.699.307,84	1.699.307,84	(+)
RECEITAS DE CAPITAL			667.192,00	667.192,00	(+)
ALIENAÇÃO DE BENS			667.192,00	667.192,00	(+)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS			667.192,00	667.192,00	(+)
SUBTOTAL DAS RECEITAS			6.456.510,04	6.456.510,04	(+)
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			1.797.841.925,67	1.797.841.925,67	(+)
COTA FINANCEIRA A RECEBER RP - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			30.882.382,38	30.882.382,38	(+)
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO			438.510.165,03	438.510.165,03	(+)
COTA FINANCEIRA A RECEBER - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO			44.050.491,37	44.050.491,37	(+)
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ENTRE UNIDADES	2.344.179.864,00				
SUBTOTAL DAS COTAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.344.179.864,00		2.311.284.964,45	2.311.284.964,45	(+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.344.179.864,00		2.317.741.474,49	2.317.741.474,49	(+)
TOTAL	2.344.179.864,00		2.317.741.474,49	2.317.741.474,49	(+)

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.123.913.386,00	2.135.459.854,44	2.095.251.475,15	1.981.726.853,14	1.932.616.315,58	40.208.379,29 (+)
DESPESAS CORRENTES	2.055.620.914,00	2.056.167.382,44	2.021.069.003,15	1.972.525.023,77	1.923.414.486,21	35.098.379,29 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.761.618.041,00	1.762.298.442,68	1.738.180.643,86	1.738.180.643,86	1.692.590.105,85	24.117.798,82 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	294.002.873,00	293.868.939,76	282.888.359,29	234.344.379,91	230.824.380,36	10.980.580,47 (+)
DESPESAS DE CAPITAL	68.292.472,00	79.292.472,00	74.182.472,00	9.201.829,37	9.201.829,37	5.110.000,00 (+)
INVESTIMENTOS	63.292.472,00	64.292.472,00	59.182.472,00	9.201.829,37	9.201.829,37	5.110.000,00 (+)
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	220.266.478,00	216.720.009,56	216.620.009,56	216.513.904,96	216.422.326,64	100.000,00 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	217.106.478,00	214.426.076,32	214.326.076,32	214.326.076,32	214.234.498,00	100.000,00 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.160.000,00	2.293.933,24	2.293.933,24	2.187.828,64	2.187.828,64	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.344.179.864,00	2.352.179.864,00	2.311.871.484,71	2.198.240.758,10	2.149.038.642,22	40.308.379,29 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.344.179.864,00	2.352.179.864,00	2.311.871.484,71	2.198.240.758,10	2.149.038.642,22	40.308.379,29 (+)
SUPERÁVIT			5.869.989,78			5.869.989,78 (-)
TOTAL	2.344.179.864,00	2.352.179.864,00	2.317.741.474,49	2.198.240.758,10	2.149.038.642,22	34.438.389,51 (+)



BALANÇO DE 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

18/02/2021 12:04:28

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 12 LEI 4320

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	18.260.267,08	85.908.020,83	68.744.149,64	68.744.022,27	5.806.983,08	29.617.282,56 (+)
DESPESAS CORRENTES	11.625.300,11	28.308.510,08	21.436.616,11	21.436.488,74	3.976.962,55	14.520.358,90 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.625.300,11	28.308.510,08	21.436.616,11	21.436.488,74	3.976.962,55	14.520.358,90 (+)
DESPESAS DE CAPITAL	6.634.966,97	57.599.510,75	47.307.533,53	47.307.533,53	1.830.020,53	15.096.923,66 (+)
INVESTIMENTOS	6.634.966,97	45.992.576,13	42.200.598,91	42.200.598,91	1.830.020,53	8.596.923,66 (+)
INVERSÕES FINANCEIRAS		11.606.934,62	5.106.934,62	5.106.934,62		6.500.000,00 (+)
TOTAL	18.260.267,08	85.908.020,83	68.744.149,64	68.744.022,27	5.806.983,08	29.617.282,56 (+)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	12.964.559,23	76.695.947,91	76.736.704,05	12.923.801,46	1,63 (+)
DESPESAS CORRENTES	12.927.193,23	76.607.576,95	76.610.967,09	12.923.801,46	1,63 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.391,77	74.627.976,92	74.631.368,69		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.923.801,46	1.979.600,03	1.979.598,40	12.923.801,46	1,63 (+)
DESPESAS DE CAPITAL	37.366,00	88.370,96	125.736,96		
INVESTIMENTOS	37.366,00	88.370,96	125.736,96		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			77.762,40	77.762,40	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			77.762,40	77.762,40	
TOTAL	12.964.559,23	76.773.710,31	76.814.466,45	12.923.801,46	1,63 (+)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO FINANCEIRO

18/02/2021 12:22:04

RECEITA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 13 LEI 4320

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.456.510,04	39.290.927,64
RECEITAS CORRENTES	5.850.916,21	39.270.822,57
RECEITA PATRIMONIAL	4.151.608,37	35.477.128,61
RECEITA DE SERVIÇOS		2.601.936,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.699.307,84	1.191.757,96
RECEITAS DE CAPITAL	667.192,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	667.192,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-61.598,17	
DEDUÇÃO DA RECEITA - VALORES MOBILIÁRIOS	-61.598,17	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		20.105,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		20.105,07
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	827.650.938,08	774.315.631,57
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	49.202.115,88	76.773.710,31
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	113.630.726,61	85.908.020,83
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	664.781.769,94	611.627.177,22
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	35.475,47	6.723,21
AJUSTES DO ATIVO DISPONÍVEL	850,18	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.929.035.457,39	2.745.693.136,46
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.928.925.655,75	2.745.633.034,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	109.801,64	60.101,48
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	5.106.934,62	
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	114.799.101,78	56.322.521,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114.799.101,78	56.322.521,56
TOTAL	3.883.048.941,91	3.615.622.217,23

DESPESA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.311.871.484,71	2.200.146.751,77
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.095.251.475,15	1.987.007.654,11
ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.557.038.973,84	1.477.887.149,48
PREVIDÊNCIA SOCIAL	538.212.501,31	509.120.504,63
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA	216.620.009,56	213.139.097,66
ESSENCIAL À JUSTIÇA	216.331.364,19	212.870.719,10
PREVIDÊNCIA SOCIAL	288.645,37	268.378,56
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	789.054.575,28	747.486.871,44
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	76.814.466,45	80.061.316,26
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	68.744.022,27	44.203.326,34
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	643.496.086,56	623.222.228,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	645.091.192,04	553.189.492,24
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	627.557.437,28	540.285.105,33
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	17.533.754,76	12.904.386,91
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	137.031.689,88	114.799.101,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.031.689,88	114.799.101,78
TOTAL	3.883.048.941,91	3.615.622.217,23



BALANÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

18/02/2021 15:52:34

ATIVO

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
1	ATIVO	438.316.652,05	399.947.447,35
1.1	ATIVO CIRCULANTE	282.158.120,25	277.897.689,75
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.031.689,88	114.799.101,78
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	137.031.689,88	114.799.101,78
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	137.031.689,88	114.799.101,78
1.1.1.1.1.01	CAIXA	290,96	392,77
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.137.158,42	487.645,34
1.1.1.1.1.09	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONIVEIS-INSTITUICAO FINANCEIRA	2.696,58	0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	135.891.543,92	114.311.063,67
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	142.072.754,47	160.941.386,56
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	286.233,00	393.776,00
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDACAO	286.233,00	393.776,00
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	286.233,00	393.776,00
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	286.233,00	393.776,00
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	720,89	720,89
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	720,89	720,89
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	720,89	720,89
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	141.785.800,58	160.546.889,67
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	141.785.800,58	160.546.889,67
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	97.735.309,21	155.737.078,31
1.1.3.8.2.02	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	44.050.491,37	4.809.811,36
1.1.5	ESTOQUES	3.053.675,90	2.157.201,41
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	3.053.675,90	2.157.201,41
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	3.053.675,90	2.157.201,41
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	3.053.532,70	2.157.201,41
1.1.5.6.1.04	MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORACAO - RECEBIMENTO PROVI	143,20	0,00
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	156.158.531,80	122.049.757,60
1.2.3	IMOBILIZADO	150.317.634,67	120.780.432,44
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	97.813.043,52	66.992.675,75
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	97.813.043,52	66.992.675,75
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	97.813.043,52	66.992.675,75
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	84.452.175,92	78.219.819,06
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	84.452.175,92	78.219.819,06
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	83.904.946,05	77.722.589,19
1.2.3.2.1.06	INSTALACOES PENDENTES DE INCORPORACAO PATRIMONIAL - IMOVEIS	547.229,87	497.229,87
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-31.947.584,77	-24.432.062,37
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-31.947.584,77	-24.432.062,37
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-31.947.584,77	-24.432.062,37
1.2.4	INTANGIVEL	5.840.897,13	1.269.325,16
1.2.4.1	SOFTWARES	5.840.897,13	1.269.325,16
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	5.840.897,13	1.269.325,16
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	5.840.897,13	1.269.325,16
TOTAL DO ATIVO		438.316.652,05	399.947.447,35



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

18/02/2021 15:52:34

PASSIVO

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	438.316.652,05	399.947.447,35
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	77.712.504,93	115.723.792,10
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	45.688.530,57	87.633.332,55
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	21.163.307,98	59.673.010,87
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	21.163.307,98	59.673.010,87
2.1.1.1.1.01	SALARIOS A PAGAR	21.163.307,98	59.673.010,87
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	21.163.307,98	59.673.010,87
2.1.1.1.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	23.732.867,98	27.577.616,81
2.1.1.2.1	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	23.732.867,98	27.577.616,81
2.1.1.2.1.01	BENEFÍCIOS - INATIVO	14.152.139,79	20.224.615,82
2.1.1.2.1.02	BENEFÍCIOS - PENSIONISTA	9.580.728,19	7.353.000,99
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	792.354,61	382.704,87
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	792.354,61	382.704,87
2.1.1.4.1.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	792.354,61	382.704,87
2.1.1.4.1.01.01	ENCARGOS SOCIAIS - ATIVO	769.205,72	361.881,39
2.1.1.4.1.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - INATIVO	17.439,11	15.619,78
2.1.1.4.1.01.04	ENCARGOS SOCIAIS - PENSIONISTA	5.709,78	5.203,70
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.513.857,51	1.979.200,03
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	3.513.857,51	1.979.200,03
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.513.857,51	1.979.200,03
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	3.513.857,51	1.979.200,03
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	28.510.116,85	26.111.259,52
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	28.510.116,85	25.985.522,56
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	28.510.116,85	25.985.522,56
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	10.515.249,64	5.551.242,34
2.1.8.8.1.02	PENSOES ALIMENTÍCIAS	219.340,11	401.915,73
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	414.821,83	268.204,91
2.1.8.8.1.16	CONTRIBUICOES AO FUNDO FINANCEIRO PREVIDENCIARIO - FUNFIP	7.311.148,72	9.961.128,43
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	10.049.556,55	9.803.031,15
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	125.736,96
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	125.736,96
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	0,00	125.736,96
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	360.604.147,12	284.223.655,25
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	360.604.147,12	284.223.655,25
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	360.604.147,12	284.223.655,25
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-12.956.371.978,85	-10.965.345.451,40
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-1.991.026.527,45	-1.877.127.847,38
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-10.965.345.451,40	-9.088.217.604,02
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	13.316.999.467,04	11.249.569.106,65
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.067.430.360,39	1.979.384.651,63
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.249.569.106,65	9.270.184.455,02
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-23.341,07	0,00
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-23.341,07	0,00
TOTAL DO PASSIVO		438.316.652,05	399.947.447,35



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

18/02/2021 15:52:34

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI N° 4.320/1964)

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	279.103.723,46	275.739.767,45
ATIVO PERMANENTE	159.212.928,59	124.207.679,90
TOTAL DO ATIVO	438.316.652,05	399.947.447,35
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO	220.960.243,53	219.892.080,01
TOTAL DO PASSIVO	220.960.243,53	219.892.080,01
SALDO PATRIMONIAL	217.356.408,52	180.055.367,34

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI N° 4.320/1964)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	11.964.989,25	11.199.923,48
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	11.964.989,25	11.199.923,48
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	322.646.458,35	335.630.307,28
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS PASSIVOS	322.646.458,35	335.630.307,28



BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.950.039.207,76	2.792.576.408,66
4.3	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	9.386,34	31.611.032,67
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9.386,34	31.611.032,67
4.3.3.1	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9.386,34	31.611.032,67
4.3.3.1.1	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	9.386,34	31.611.032,67
4.3.3.1.1.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS - ALUGUEIS/FOROS E LAUDEMÍOS	9.386,34	35.019,67
4.3.3.1.1.02	RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	2.601.936,00
4.3.3.1.1.88	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	28.974.077,00
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	4.116.099,33	6.474.755,15
4.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	35.475,47	13.446,42
4.4.4.0.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	6.723,21
4.4.4.0.1.01	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	6.723,21
4.4.4.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	35.475,47	0,00
4.4.4.1.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO	35.475,47	0,00
4.4.4.1.1.01	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	35.475,47	0,00
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.080.623,86	6.468.031,94
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	4.142.222,03	6.468.031,94
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	4.142.222,03	6.468.031,94
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	4.142.222,03	6.468.031,94
4.4.5.2	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-61.598,17	0,00
4.4.5.2.1	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	-61.598,17	0,00
4.4.5.2.1.99	(-) DEDUÇÃO DA RECEITA-RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA/OUTRAS	-61.598,17	0,00
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.929.035.457,39	2.745.693.136,46
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.929.035.457,39	2.745.693.136,46
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.928.925.655,75	2.745.633.034,98
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	2.928.925.655,75	2.745.633.034,98
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	2.236.352.090,70	2.117.247.631,73
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	1.797.841.925,67	1.664.320.904,09
4.5.1.1.2.01.04	COTA FINANCEIRA RECEBIDA PARA PAGAMENTO DE INATIVO - FUNFIP	438.510.165,03	452.926.727,64
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	-51.749,05	0,00
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS	-51.749,05	0,00
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-51.749,05	0,00
4.5.1.1.2.04	CRÉDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	74.932.873,75	88.100.297,92
4.5.1.1.2.04.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	30.882.382,38	83.290.486,56
4.5.1.1.2.04.02	CRÉDITOS A RECEBER-RESTOS A PAGAR-UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	44.050.491,37	4.809.811,36
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	617.692.440,35	540.285.105,33
4.5.1.1.2.99.02	OPERAÇÕES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	617.692.440,35	540.285.105,33
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	109.801,64	60.101,48
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	109.801,64	60.101,48
4.5.1.2.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	109.801,64	60.101,48
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.112.311,27	1.977.829,36
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.112.311,27	1.977.829,36
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.112.311,27	1.977.829,36
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	1.112.311,27	1.977.829,36
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	1.106.916,27	936.724,37
4.6.3.9.1.02	INCORPORAÇÃO DE INTANGÍVEL	0,00	700.130,00
4.6.3.9.1.03	INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	5.395,00	340.974,99
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.765.953,43	6.819.655,02
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.765.953,43	6.819.655,02
4.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	25.348,47	10.251,45
4.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	25.348,47	10.251,45
4.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	25.348,47	10.251,45



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
4.9.9.6	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.673.959,37	1.201.611,58
4.9.9.6.1	INDENIZACOES E RESTITUICOES - CONSOLIDACAO	1.673.959,37	1.181.506,51
4.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.673.959,37	1.181.506,51
4.9.9.6.2	INDENIZACOES E RESTITUICOES - INTRA OFSS	0,00	20.105,07
4.9.9.6.2.02	OUTRAS RESTITUICOES E INDENIZACOES	0,00	20.105,07
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	14.066.645,59	5.607.791,99
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	14.066.645,59	5.607.791,99
4.9.9.9.1.05	AJUSTES DO ATIVO CIRCULANTE	850,18	0,00
4.9.9.9.1.06	INSCRICAO/ATUALIZACAO DE DIREITOS	72,26	0,00
4.9.9.9.1.09	REVERSÃO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	1.141.921,69	801.843,24
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	0,00	288,00
4.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANCO FINANCEIRO	12.923.801,46	4.805.660,75
4.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	12.923.801,46	4.805.660,75
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNACOES E RETENCOES B.F	0,00	3,05
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	12.923.801,46	4.805.657,70
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.950.039.207,76	2.792.576.408,66
TOTAL GERAL		2.950.039.207,76	2.792.576.408,66



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.873.658.715,89	2.690.319.604,41
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.654.501.046,95	1.613.916.652,75
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	992.531.659,41	928.945.746,26
3.1.1.3	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO MILITAR - ABRANGIDOS PELO RPPS	2.397.867,64	2.869.885,05
3.1.1.3.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO MILITAR - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDACAO	2.397.867,64	2.869.885,05
3.1.1.3.1.01	PESSOAL ATIVO- MILITAR	2.397.867,64	2.869.885,05
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	990.133.791,77	926.075.861,21
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	990.133.791,77	926.075.861,21
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	990.133.791,77	926.075.861,21
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	219.871.198,44	214.764.890,48
3.1.2.5	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.719.393,53	1.057.205,06
3.1.2.5.1	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDACAO	1.719.393,53	1.057.205,06
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.719.393,53	1.057.205,06
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	218.151.804,91	213.707.685,42
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	3.825.728,59	2.511.932,90
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	3.825.728,59	2.511.932,90
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	214.326.076,32	211.195.752,52
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	214.326.076,32	211.195.752,52
3.1.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	442.098.189,10	470.206.016,01
3.1.9.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.960.793,97	3.054.676,19
3.1.9.1.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	3.960.793,97	3.054.676,19
3.1.9.1.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - TRABALHISTAS	3.960.793,97	3.054.676,19
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	438.137.395,13	467.151.339,82
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDACAO	438.137.395,13	467.151.339,82
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGACOES TRABALHISTAS	438.137.395,13	467.151.339,82
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	305.346.646,48	278.553.897,96
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	228.408.444,55	203.329.831,63
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS	228.408.444,55	203.329.831,63
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	228.408.444,55	203.329.831,63
3.2.1.1.1.01	APOSENTADORIAS - RPPS	228.408.444,55	203.329.831,63
3.2.2	PENSÕES	69.597.228,68	68.097.735,44
3.2.2.9	OUTRAS PENSÕES	69.597.228,68	68.097.735,44
3.2.2.9.1	OUTRAS PENSÕES - CONSOLIDAÇÃO	69.597.228,68	68.097.735,44
3.2.2.9.1.01	OUTRAS PENSÕES	69.597.228,68	68.097.735,44
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	7.340.973,25	7.126.330,89
3.2.9.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	7.340.973,25	7.126.330,89
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	7.340.973,25	7.126.330,89
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	7.340.973,25	7.126.330,89
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	161.717.178,37	147.504.829,72
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.696.623,17	3.959.272,94
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	5.696.623,17	3.959.272,94
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	5.696.623,17	3.959.272,94
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	5.696.623,17	3.959.272,94
3.3.2	SERVIÇOS	147.363.111,11	137.502.837,89
3.3.2.1	DIÁRIAS	5.138.054,58	6.820.336,90
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	5.138.054,58	6.820.336,90
3.3.2.1.1.01	DIARIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	5.138.054,58	6.820.336,90
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	30.344.253,16	27.202.079,46
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	30.344.253,16	27.202.079,46
3.3.2.2.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PF	30.344.253,16	27.202.079,46
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	111.880.803,37	103.480.421,53
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	109.695.180,90	101.539.655,59



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
3.3.2.3.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	109.695.180,90	101.539.655,59
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	2.185.622,47	1.940.765,94
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	2.185.622,47	1.940.765,94
3.3.3	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	8.657.444,09	6.042.718,89
3.3.3.1	DEPRECIACÃO	8.657.444,09	6.042.718,89
3.3.3.1.1	DEPRECIACÃO - CONSOLIDACÃO	8.657.444,09	6.042.718,89
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	8.657.444,09	6.042.718,89
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	5.098,64	3.699,85
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.098,64	3.699,85
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.098,64	3.699,85
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDACÃO	2.892,47	1.120,65
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.892,47	1.120,65
3.4.2.3.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - INTRA OFSS	2.206,17	2.579,20
3.4.2.3.2.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.206,17	2.579,20
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	645.091.192,04	553.189.492,24
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	645.091.192,04	553.189.492,24
3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	627.557.437,28	540.285.105,33
3.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	627.557.437,28	540.285.105,33
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	-51.749,05	0,00
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS	-51.749,05	0,00
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-51.749,05	0,00
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	627.609.186,33	540.285.105,33
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	622.799.374,97	540.285.105,33
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	4.809.811,36	0,00
3.5.1.1.2.99.99.99	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA UNIDADE FINANCIADORA GASTO	4.809.811,36	0,00
3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.533.754,76	12.904.386,91
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	17.533.754,76	12.904.386,91
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	17.533.754,76	12.904.386,91
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	4.723,63
3.6.5	DESINCORPORACÃO DE ATIVOS	0,00	9.447,26
3.6.5.0.1	DESINCORPORACÃO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	0,00	4.723,63
3.6.5.0.1.04	DESINCORPORACAO INTANGIVEL	0,00	4.723,63
3.7	TRIBUTÁRIAS	483.127,85	400.984,25
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	459.786,78	400.984,25
3.7.1.1	IMPOSTOS	387.164,03	339.750,61
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDACÃO	387.164,03	339.750,61
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	387.164,03	339.750,61
3.7.1.2	TAXAS	72.622,75	61.233,64
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDACAO	72.622,75	61.233,64
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	72.622,75	61.233,64
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	23.341,07	0,00
3.7.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	23.341,07	0,00
3.7.2.1.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	23.341,07	0,00
3.7.2.1.3.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	23.341,07	0,00
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	106.514.425,56	96.745.324,01
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	106.514.425,56	96.745.324,01
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	5.499,26	5.911,81
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDACAO	5.499,26	5.911,81
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	5.499,26	5.911,81
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	1.447.879,94	1.423.359,45
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS- CONSOLIDACAO	1.447.879,94	1.423.359,45
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.447.879,94	1.423.359,45



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	105.061.046,36	95.316.052,75
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	105.061.046,36	95.316.052,75
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	2.492.349,71	1.471.468,12
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	102.568.696,65	93.844.584,63
3.9.9.9.1.88.03	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	102.553.916,32	93.804.515,84
3.9.9.9.1.88.04	OBRIGACOES PATRONAIS DEMAIS DESPESAS	14.780,33	40.068,79
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.873.658.715,89	2.690.319.604,41
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO		76.380.491,87	102.256.804,25
TOTAL GERAL		2.950.039.207,76	2.792.576.408,66



BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

18/02/2021 12:27:13

QUADRO - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	2.251.021.695,73	2.178.832.625,86
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	5.789.318,04	39.270.822,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		20.105,07
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP	2.172.912.600,79	2.078.020.608,82
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	72.319.776,90	61.521.089,40
DESEMBOLSOS	2.236.837.978,90	2.127.773.460,01
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	2.020.324.073,94	1.914.634.362,35
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	216.513.904,96	213.139.097,66
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	14.183.716,83	51.059.165,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	64.106.681,91	39.227.022,91
ALIENAÇÃO DE BENS	667.192,00	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP	63.439.489,91	39.227.022,91
DESEMBOLSOS	56.057.810,64	31.809.608,54
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	54.484.208,73	28.463.690,24
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	1.573.601,91	3.345.918,30
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	8.048.871,27	7.417.414,37
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	22.232.588,10	58.476.580,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	114.799.101,78	56.322.521,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	137.031.689,88	114.799.101,78
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	22.232.588,10	58.476.580,22

QUADRO - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITA PATRIMONIAL	9.386,34	29.009.096,67
RECEITA DE SERVIÇOS		2.601.936,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	4.080.623,86	6.468.031,94
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1.699.307,84	1.191.757,96
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	5.789.318,04	39.270.822,57



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

18/02/2021 12:27:13

QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS INTRAGOVERNAMENTAIS		20.105,07
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		20.105,07
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INTRAGOVERNAMENTAIS	216.513.904,96	213.139.097,66
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	216.513.904,96	213.139.097,66

QUADRO - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.453.090.572,11	1.403.496.577,33
PREVIDÊNCIA SOCIAL	538.212.501,31	509.120.504,63
PAGAMENTO RPP - FOLHA	74.709.531,09	76.723.419,71
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR **	-45.688.530,57	-74.706.139,32
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	2.020.324.073,94	1.914.634.362,35

** REFERE-SE AO RPP DE PESSOAL QUE É CONSIDERADO PAGO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do exercício 2020, comparativas ao exercício 2019, quando aplicável.

As Notas Explicativas segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), têm o objetivo de prestar informações adicionais àquelas apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis, com o intuito de facilitar sua compreensão aos diversos usuários, e são consideradas parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

As Notas foram redigidas de forma clara, sintética e objetiva, com a finalidade de proporcionar fácil entendimento, consolidando o processo de transparência na gestão pública.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Ministério Público é uma instituição responsável pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade. A finalidade de sua existência se concentra em três pilares: Da Defesa da Ordem Jurídica; Do Regime Democrático e Dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis.

Como Defensor da Ordem Jurídica, o Ministério Público é o Fiscal da Lei, ou seja, trabalha para que ela seja fielmente cumprida. Para tanto, possui Autonomia Funcional, Administrativa e Financeira, não fazendo parte nem estando subordinado aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Também o Ministério Público, protetor da democracia, atua para impedir ameaças ou violações à Paz, à Liberdade, às Garantias e aos Direitos descritos na Constituição. Nesses termos, tem a função de exigir que os Poderes Públicos respeitem esses Direitos e Garantias.

Cabe ainda ao Ministério Público defender os direitos individuais indisponíveis, como o direito à vida, ao trabalho, à liberdade, à saúde; os direitos difusos e coletivos nas áreas do Consumidor, do Meio Ambiente e do Patrimônio Público, entre outras; os direitos dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, das crianças e adolescentes e dos incapazes.

Enfim, a Instituição, não serve, pois, para amparar direitos meramente individuais que envolvam apenas uma pessoa ou determinado grupo, e sim para defender ações de interesse amplo.

Os princípios institucionais do Ministério Público são:

- Unidade: seus membros fazem parte de uma só organização;
- Indivisibilidade: seus Órgãos podem ser substituídos uns pelos outros nos processos;
- Independência: liberdade de atuação dos membros, sem interferência direta da Instituição.

O Ministério Público Brasileiro abarca os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público da União. Este se subdivide em quatro: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Os Ministérios Públicos Estaduais, a exemplo do de Minas Gerais, possuem como chefe institucional o Procurador-Geral de Justiça, escolhido pelo Governador do Estado a partir de lista tríplice elaborada pelos membros da Casa, por meio de votação. Figuram a lista os três Procuradores de Justiça mais votados.

Administrativamente, o Ministério Público é integrado por membros, servidores e estagiários. No primeiro grupo, estão os Procuradores e Promotores de Justiça. Os demais constituem os serviços auxiliares.

A Procuradoria-Geral de Justiça é órgão que integra a Administração Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e tem em sua estrutura as Procuradorias e Promotorias de Justiça. É chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça, que a representa judicial e extrajudicialmente.

A Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (PGJMG/MPMG) é responsável pela gestão do Fundo Especial do Ministério Público – (FUNEMP) e do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – (FEPDC), sendo que suas Prestações de Contas Anuais foram elaboradas separadamente e entregues ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pelo Sistema e-TCE, conforme Decisão Normativa 01/2021, publicada no Diário Oficial de Contas/TCEMG em 23/02/2021.

O Sistema Contábil utilizado pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais é o SIAFI /MG– Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais. Este sistema é gerido pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – (SCCG/SEFMG), e vêm sofrendo, nos últimos anos, uma reestruturação a fim de atender às Normas Internacionais de Contabilidade, conforme a Portaria N. 184/2008 do Ministério da Fazenda, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em virtude da adequação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público às Normas Gerais e Internacionais, a PGJMG, através da Superintendência de Finanças, e principalmente da Diretoria de Contabilidade, vem empenhando esforços a fim de cumprir as novas exigências, e espera-se que brevemente todos os bens e direitos da Instituição estejam devidamente evidenciados em suas Demonstrações Contábeis. Importante salientar, que em alguns casos, depara-se com a limitação de avanços na adequação às citadas normas, tendo em vista que toda e qualquer alteração deve ser realizada no Sistema de Contabilidade – SIAFIMG, que como já foi dito, é gerido pela SCCG/SEFMG.

No exercício de 2020, diante da Pandemia de COVID-19, a Procuradoria Geral de Justiça implantou diversas medidas administrativas com o objetivo de proteger membros, servidores, estagiários e empregados terceirizados, entre elas destacam-se o Regime Especial de Teletrabalho e, em alguns períodos, a suspensão das atividades presenciais nas unidades do Ministério Público. Apesar disso, a execução Orçamentária e Financeira do MPMG, neste exercício, não foi significativamente afetada.

A seguir encontram-se as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), elaboradas pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, compostas pelos demonstrativos enumerados pela Lei n. 4.320/1964 e pelos exigidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – (NBCTSP).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com propósito de fornecer informações sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxo de caixa em conformidade com a legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e as exigências contidas na NBCT 16.6.

Assim, estas Demonstrações Contábeis são compostas de:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa.



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público evidencia a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, ou seja, confronta o orçamento inicial e as suas alterações com a os valores executados, demonstrando o resultado orçamentário.

O orçamento do Ministério Público de Minas Gerais para o exercício de 2020 foi composto por seis ações alocadas aos Programas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023, conforme descrito no quadro a seguir:

Programa PPA	Ações
703 - PROCESSO JUDICIÁRIO	OPERACIONALIZACAO DAS ATRIB. INSTIT. DO MINISTERIO PUBLICO
714 - AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REPAROS DE BENS IMÓVEIS	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE SEDES PROPRIAS
703 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DIRECAO ADMINISTRATIVA
	DIRECAO DA POLITICA INSTITUCIONAL
705 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS
	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIARIAS

Pelas Demonstrações apresentadas tais como, Balanço Orçamentário, Demonstrativo da composição da Despesa Autorizada e Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, a execução das despesas em relação ao Crédito Autorizado Final pode ser analisada conforme o quadro abaixo:

Execução por Projeto/Atividade					
Funcional Programática		Crédito Autorizado - Dotação Atualizada	Despesa Empenhada - Realizada	Variação	
030627034493-0001	OPERACIONALIZACAO DAS ATRIBUICOES INSTITUCIONAIS DO MINISTERIO PUBLICO	745.986.661,00	729.552.502,92	16.434.158,08	97,80%
030627141064-0001	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE SEDES PROPRIAS	42.000.000,00	42.000.000,00	0,00	100%
031227012009-0001	DIRECAO ADMINISTRATIVA	1.003.003.965,00	1.001.265.380,32	1.738.584,68	99,83%
031227012028-0001	DIRECAO DA POLITICA INSTITUCIONAL	10.000.000,00	552.454,79	9.447.545,21	5,52%
092727027006-0001	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	551.188.238,00	538.501.146,68	12.687.091,30	97,70%
288467027004-0001	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIARIAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00%
TOTAL		2.352.179.864,00	2.311.871.484,71	40.308.379,29	98,29%

A PGJMG executou em média, 98,29% do Crédito Autorizado Atualizado – Dotação Atualizada, sendo que dentre as de potenciais relevâncias, a maior economia orçamentária, foram, Funcional Programática das Atividades de Operacionalização das Atribuições Institucionais do Ministério Público e Proventos de Inativos Civis e Pensionista, que juntas proporcionaram uma economia orçamentária superior a vinte e nove milhões. Já a Função

Programática Direção da Política Institucional executou apenas 5,52% do previsto devido a não realização, em 2020, de Concurso para Ingresso na Carreira do MPMG. Quanto à economia orçamentária total na ordem de R\$40.308.379,29, mostra-se satisfatória, principalmente, no atual cenário no qual o país se encontra.

Execução por Projeto/Atividade Comparativo entre 2019 e 2020					
Funcional Programática		Despesa Empenhada 2019	Despesa Empenhada 2020	Variação	
030627034493-0001	OPERACIONALIZACAO DAS ATRIBUICOES INSTITUCIONAIS DO MINISTERIO PUBLICO	803.783.211,28	729.552.502,92	(74.230.708,36)	(9,24)%
030627141064-0001	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE SEDES PROPRIAS	21.236.205,57	42.000.000,00	20.763.794,43	97,78%
031227012009-0001	DIRECAO ADMINISTRATIVA	865.347.901,64	1.001.265.380,32	135.917.478,68	15,71%
031227012041-0001	DIRECAO DA POLITICA INSTITUCIONAL	390.550,09	552.454,79	161.904,70	41,46%
092727027006-0001	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	509.388.883,19	538.501.146,68	29.112.263,49	5,72%
288467027004-0001	PRECATORIOS E SENTENCAS JUDICIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		2.200.146.751,77	2.311.871.484,71	111.724.732,94	5,08%

Em relação à Funcional Programática Construção, Ampliação e Reformas de Sedes Próprias, observa-se um aumento significativo devido a continuidade do Projeto Sedes Próprias da Procuradoria-Geral de Justiça que busca melhorar as condições de trabalho dos integrantes do MPMG, além de proporcionar maior conforto bem como agilizar o atendimento prestado à população, sendo que em 2020 foi firmando contrato para a execução de obra de edificação da sede das Promotorias de Justiça na cidade de Juiz de Fora, o que acarretou a majoração de cerca de 97,78% na rubrica.

Outra variação considerável ocorreu em *Direção Administrativa*, não apenas pelo seu percentual da ordem de 15,71% a maior em relação ao exercício de 2019, mas também pelo montante majorado em R\$135.917.478,68, que refere-se ao crescimento natural das despesas de manutenção administrativa que seguem a inflação, como reajuste de aluguéis e valores pagos em contratos de serviço de caráter continuado, além de maiores investimentos no grupo Capital, principalmente no que diz respeito aos gastos intrínsecos à Tecnologia da Informação.

A única redução da despesa empenhada, em relação a 2019, foi em relação à Funcional Programática *Operacionalização Das Atribuições Institucionais do Ministério Público*, isso deu-se principalmente pela redução das amortizações em 2020, quando comparado ao exercício de 2019, da dívida que o MPMG possui com alguns membros e servidores da instituição. A dívida em questão é reconhecida pela Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais desde a Prestação de Contas Anual do exercício de 2011, e atualmente, encontra-se registrada em Atos Potenciais Passivos, conforme

demonstram a Diretoria de Contabilidade e Auditoria Interna em seus relatórios de Prestações de Contas Anuais. Maiores detalhes dessa obrigação podem ser verificados nas Notas Explicativas ao Balancete, Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, bem como no Relatório sobre as Contas, todos anexos à Prestação de Contas Anual 2020.

Classificação por Categoria Econômica da Despesa Comparativo entre 2019 e 2020				
Grupo de Natureza da Despesa	Despesa Empenhada 2019	Despesa Empenhada 2020	Variação	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.885.344.219,82	1.952.506.720,18	67.162.500,36	3,56%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	252.570.925,13	285.182.292,53	32.611.367,40	12,91%
INVESTIMENTOS	50.624.672,20	59.182.472,00	8.557.799,80	16,90%
INVERSÕES FINANCEIRAS	11.606.934,62	15.000.000,00	3.393.065,38	29,23%
	2.200.146.751,77	2.311.871.484,71	111.724.732,94	5,08%

Ao se comparar a execução pela natureza das despesas entre o exercício atual e o anterior, percebe-se que as despesas com Investimentos sofreram um aumento de 16,90% em 2020, fato explicado pela aplicação de recursos em Tecnologia de Informação e no desenvolvimento do Projeto de Construção de Sedes Próprias. O aumento de 3,56% nas despesas com *Pessoal e Encargos Sociais* é decorrente do crescimento da Folha de Pagamento de membros e servidores.

O valor de R\$15.000.000,00 registrado em *Inversões Financeiras* foi decorrente da desapropriação do imóvel situado à Avenida Alvares Cabral, número 1.700, e sua respectiva fração ideal do terreno de 0,177663 dos lotes 10-A e 11 da quadra 10-B, da 12ª Seção Urbana, no Município de Belo Horizonte, havido conforme Matrícula 68.908, Livro 2, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, conforme Decreto 520 de 22/12/2020, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais - DOMG em 23/12/2020, página 02.

Das despesas executadas no exercício de 2020 foram inscritos R\$113.630.726,61 em Restos a Pagar Não Processados (RPNP), decorrentes de contratos firmados pelo MPMG englobando Contratos de Serviços, Fornecimento, e Execução de Obras.

Do total das despesas relativas ao exercício de 2019 que foram inscritas em RPNP, ainda restam R\$17.856.464,07 aguardando liquidação, dos exercícios de 2016 no valor de R\$509.420,86; de 2017 no valor de R\$2.753.861,10 e 2018 no valor de R\$8.497.409,16.

Composição Restos a Pagar Não Processados Inscritos 2020	
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar RPNP- Exercícios Anteriores - 2016	509.420,86
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar RPNP- Exercícios Anteriores. - 2017	2.753.861,10
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar RPNP- Exercícios Anteriores. - 2018	8.497.409,16
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar RPNP- Exercícios Anteriores. - 2019	17.856.464,07
Restos a Pagar Não Processados-RPNP Exercício 2020 – Crédito Empenhado a Liquidar	113.630.583,41
Restos a Pagar Não Processados-RPNP Exercício 2020 – Crédito Empenhado Em liquidação	143,20
RPNP INSCRITOS - TOTAL	143.247.881,80

Importante salientar que a Comissão responsável por inventariar os valores em Tesouraria, passivo bem como os valores registrados em Restos a Pagar Processados RPP e Restos a Pagar Não Processados RPNP, analisou individualmente, realizando inspeções e consultas às unidades responsáveis pelo gerenciamento das informações, para assegurar sobre o posicionamento das contas pertencentes a cada contrato. Sendo que em seu Relatório conclusivo certificou os Saldos dos Restos a Pagar Inscritos.

Dos R\$76.773.710,31 inscritos em Restos a Pagar Processados (RPP) em 2019 apenas, R\$129,00 ainda aguardam pagamento. Em 23/09/2021, por determinação superior, houve cancelamento de RPP, no valor de R\$12.923.801,46, decorrente de anulação, por insubsistência de Auxílio Alimentação e Saúde, referentes aos exercícios de 2016 e 2018, respectivamente. Para o exercício de 2021 foram inscritos R\$49.202.244,88 em Restos a Pagar Processados, (RPP) sendo que cerca de 93% desse valor destina-se a Pessoal e Encargos.

Composição Restos a Pagar Processados 2020	
Restos a Pagar Processados – Exercício 2020 – Pessoal a Pagar	45.688.530,57
Restos a Pagar Processados – Exercícios Anteriores 2019 - Fornecedores e Contas a Pagar	129,00
Restos a Pagar Processados – Exercício 2020 - Fornecedores e Contas a Pagar	3.513.585,31
RPP INSCRITOS - TOTAL	49.202.244,88

Posição Restos a Pagar Comparativo entre 2019 e 2020				
	2019	2020	Variação	
Restos a Pagar não Processados	104.168.287,91	143.247.881,80	39.079.593,89	37,52%
Restos a Pagar Processados	89.738.269,54	49.202.244,88	(40.536.024,66)	(45,17)%
TOTAL	193.906.557,45	192.450.126,68	(1.456.430,77)	(0,75)%

O aumento de 37,52% apresentado em Restos a Pagar Não Processados deve-se a maior quantidade de empenhos realizados em dezembro de 2020, entre eles destacam-se as despesas de investimento na ampliação dos Projetos de Sedes Próprias e em Tecnologia da Informação.

Das receitas arrecadadas em 2020 as mais representativas foram em relação a Receitas Correntes, Receita Patrimonial, decorrentes de rendimentos com aplicações financeiras no montante de R\$ 4.080.623,86, e em Receitas de Capital, Alienação de Bens Móveis, resultado da alienação de 14 veículos, através do Leilão Alienação Nr.054/2020, pelo valor R\$667.192,00.

Informações complementares e mais detalhadas sobre os Restos a Pagar **Processados**, Não Processados, Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas) e Despesas (Variações Patrimoniais Diminutivas) podem ser encontradas mais adiante nas Notas Explicativas ao Balanço financeiro, ao Balanço Patrimonial, às Demonstrações das Variações Patrimoniais bem como nas Notas Explicativas ao Balancete Mensal de dezembro de 2019, que fazem parte da Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - Unidade Orçamentária 1091.

Neste exercício o a Procuradoria Geral de Justiça apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$5.869.989,78, ou seja, suas receitas, arrecadadas e transferidas, superaram as despesas empenhadas nesse montante.

O Balanço Orçamentário da Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais não apresenta discriminação de valores das receitas nas colunas “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada”, segundo a Diretoria Central de Contabilidade/SEFMG, estes valores encontram-se consolidados em Encargos Gerais do Estado, de modo que somente a arrecadação da receita fica evidenciada nesse demonstrativo.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP 8ª Edição, evidencia as receitas e **despesas** orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Procuradoria Geral de Justiça, através da Unidade Orçamentária UO 1091, apresentou os seguintes pontos relevantes:

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa obteve aumento em torno de 103,82% em 2020, quando comparado com o exercício de 2019.

As Receitas Patrimoniais representam 70,96% das Receitas Correntes arrecadadas em 2020, constituídas, nesse exercício, em sua maioria, por remunerações de depósitos bancários. A expressiva redução de 85,10% das Receitas Correntes em relação ao exercício anterior, deve-se à realização, em 2019, de Convênio de Exploração da Folha de Pagamento do MPMG com o Banco do Brasil, que majorou, naquele ano, esse grupo de receitas. Além disso, em 2020 não foi realizado concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Minas Gerais, não havendo assim, no exercício atual, Receita de Serviços.

O total **arrecadado em Receitas de Capital** refere-se ao montante recebido no Leilão Alienação Nr.054/2020 realizado pela Diretoria Central de Gestão Logística da Secretaria De Estado De Planejamento e Gestão - SEPLAGMG – Processo Nº 1500.01.0937561/2020-89, no qual foram alienados 14 veículos, arrecadando o valor total de R\$667.192,00.



O valor de R\$5.106.934,62 que consta em Outras movimentações refere-se ao valor de restos a pagar não processados, da rubrica inversões financeiras, pago em 2020, alusivos aos imóveis desapropriados no exercício de 2019.

Os Restos a Pagar transferidos mantiveram-se estáveis em relação ao exercício anterior, havendo redução na transferência de Restos a Pagar Processados e aumento proporcional nos Restos a Pagar Não Processados. Essa rubrica foi analisada, mais detalhadamente, nas Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário.

Quanto ao Resultado Financeiro do Exercício é notável a redução de 61,98% em relação ao exercício de 2019, no valor de R\$22.232.588,10, e que corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos relativos às Receitas Orçamentárias, dos Recebimentos Extra orçamentários e das Transferências Financeiras Recebidas; e dos dispêndios referentes às Despesas Orçamentárias, dos Pagamentos Extra orçamentários e das Transferências Financeiras Concedidas, bem como a diferença entre o Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte e o Saldo em Espécie do Exercício Anterior. A redução apresentada no Resultado financeiro de 61,98%, em relação ao ano de 2019, deve-se, principalmente, à redução das *Receitas Orçamentárias* já discutidas anteriormente.

	2020	2019
Receitas Orçamentárias	6.456.510,04	39.290.927,64
Recebimentos Extra orçamentários	827.650.938,08	774.315.631,57
Transferências Financeiras Recebidas	2.929.035.457,39	2.745.693.136,46
Outras Movimentações	5.106.934,62	
Despesa Orçamentária	(2.311.871.484,71)	(2.200.146.751,77)
Pagamentos Extra orçamentários	(789.054.575,28)	(747.486.871,44)
Transferências Financeiras Concedidas	(645.091.192,04)	(553.189.492,24)
Resultado Financeiro do Exercício	22.232.588,10	58.476.580,22

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	137.031.689,88	114.799.101,78
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	(114.799.101,78)	(56.322.521,56)
Resultado Financeiro do Exercício	22.232.588,10	58.476.580,22

O Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte apresentado no Balanço Financeiro, R\$137.031.689,88, coincide com o Saldo Contábil e Conciliado da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial. Desse valor há bloqueios judiciais no valor de R\$2.696,58, realizados em 17/12/2020, referente ao Processo Judicial 5000278-29.2020.3.18.0081 oriundo da vara única da comarca de Bonfim - Natureza Cível - autor Eder Junio b. Braga.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial segundo o MCASP, evidencia de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da Administração Pública por meio de contas representativas do patrimônio público, assim como os atos potenciais.

Ativo

No Ativo encontram-se os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Ativo Circulante

São classificados como circulantes os recursos disponíveis para realização imediata e os ativos cuja expectativa de realização é de doze meses após a data das Demonstrações Contábeis.

Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional

Essa conta é composta pela Conta *Caixa* (Suprimento de Fundos), onde encontra-se registrado o valor em espécie que se encontra na PGJ, e destina-se ao pagamento de tributos com valores ínfimos, que não compensaria uma emissão de cheques. Integram também as Contas *Bancos Movimento* e *Aplicações Financeiras*, as disponibilidades da PGJ são em moeda nacional, encontram-se aplicadas em Fundos de Títulos Públicos e todos os rendimentos já se encontram registrados inclusive os do mês de dezembro de 2020.

CONTA		2020	2019
1.1.1.1.1.01	CAIXA	290,96	392,77
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.137.158,42	487.645,34
1.1.1.1.1.09	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONIVEIS- INSTITUICAO FINANCEIRA	2.696,58	0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	135.891.543,92	114.311.063,67
TOTAL		137.031.689,88	114.799.101,78

Todas as contas que compõe esse grupo são controladas pela Diretoria de Administração Financeira e conciliadas mensalmente pela Diretoria de Contabilidade. Além disso, a Comissão Inventariante dos valores em Tesouraria analisou e atestou o Saldo da conta Caixa. Todas as conciliações mensais encontram-se arquivadas na Diretoria de Contabilidade e as conciliações de dezembro de 2020 constam nos autos desta Prestação de Contas.

O valor da Conta Recursos Bloqueados/Indisponíveis - Instituição Financeira refere-se aos bloqueios judiciais realizados, em 17/12/2020, na conta do Banco do Brasil – Ag 1615-2, Conta Corrente 9950-3, Processos Judiciais 5000278-29.2020.3.18.0081 e 5000874-47.2019.3.13.0081, autor: Eder Junio B. Braga.

Adiantamentos/ Viagens a Conceder a Pessoal

O Saldo refere-se a viagens realizadas em 2020 cujos valores das diárias vencidas já foram liquidados, porém os devidos pagamentos aos beneficiários ainda não haviam sido realizados em 31/12/2020, sendo efetuados em janeiro de 2021. Esta conta também é objeto de

conciliação por parte da Diretoria de Contabilidade. O decréscimo apresentado de 27,31% em relação a 2019 ocorreu em função da pandemia do Covid 19 que teve como consequência a queda de registros de viagens.

CONTA		2020	2019
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	286.233,00	393.776,00

Créditos por Danos ao Patrimônio

O valor de R\$720,89 refere-se à Despesa Pessoal realizada além do crédito orçamentário no exercício 1.990.

O saldo atual corresponde à evolução do valor de Cr\$ 1.982.450.836,17, de 31/12/1990, que permaneceu inalterado até 31/12/1992, resultando em CR\$ 1.982.450,83 em 31/12/1993 na conversão para Cruzeiro Real, transformando-se em R\$ 720,89 na conversão para Real pela URV de 30/06/1994 (CR\$ 2.750,00). Está sendo aguardada orientação legal para a respectiva baixa desta inscrição, sendo ressaltado pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE MG que a decisão definitiva está a cargo da Assembleia Legislativa, pois as contas do exercício de origem foram rejeitadas e o original do processo de prestação de contas do Chefe do Poder Executivo da época se encontra arquivado desde 06/01/1992 na atual Advocacia-Geral do Estado.

CONTA		2020	2019
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	720,89	720,89

R\$85.861.333,43 (Oitenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos) – valor atualizado em dezembro de 2020, da responsabilidade ora discriminada. O cálculo foi efetuado na página da internet do setor de Perícias Contábeis desta Procuradoria-Geral de Justiça, utilizando a Tabela de Fatores de Atualização Monetária – FAM/TJMG, que inclui os índices OTN/ORTN/BTN/TR/IPC-r/INPC e as alterações de moeda no período em questão. Trata-se de registro relevante em virtude da responsabilidade estar pendente desde dezembro de 1990.

O fato acima descrito, público e notório dentro da Administração Pública do Estado, é decorrente de ato do responsável legal do Poder Executivo da época que descumpria dispositivos constitucionais contidos nos incisos II e V do artigo 167 da Constituição Federal, reproduzidos fielmente nos incisos II e V do art. 161 da Constituição Estadual e normas de direito financeiro público, previstas na Lei 4320/64, em especial os artigos 35, 43 e 48, que estatui o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, conforme autorizado na Lei Orçamentária vigente para o exercício.

Considerando que a despesa de Pessoal, em 1990, foi realizada pela Superintendência Central de Pagamento de Pessoal - SCPP – que centralizava a folha de pagamento da Administração Direta, não existe responsabilidade da administração desta Casa quanto à referida despesa além do crédito, a qual deverá ser resolvida pela mesma unidade que a

gerou. A sugestão da Diretoria de Contabilidade é que, sendo um ativo incobrável, TCMG, MPMG, TJMG e SCCG/SEF, juntamente com a Auditoria Geral do Estado, de comum acordo e fundamentados na ausência de prejuízo para o interesse público, concomitantemente com as Características Qualitativas da Informação Contábil, contidas na Estrutura Conceitual das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCTSP, promovam a baixa desses valores pendentes e desatualizados da Contabilidade do Estado de Minas Gerais.

Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo

Nesse grupo são lançados os créditos financeiros pendente de recebimento pela Unidade Financeira Central do Estado de Minas Gerais, dos valores empenhados até 31/12/2020. Os registros contábeis presentes nesse grupo são realizados de forma centralizada pela Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SCCG/SEFMG, não sendo possível à Procuradoria-Geral de Justiça qualquer gestão na contabilização desses dados.

CONTA		2020	2019
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	97.735.309,21	155.737.078,31
1.1.3.8.2.02	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	44.050.491,37	4.809.811,36
Total		141.785.800,58	160.546.889,67

Estoques

Os estoques do MPMG são compostos por itens de Almoxarifado (Materiais de Consumo) Itens de reparos e manutenção da Divisão de Manutenção e Combustíveis.

CONTA		2019	2018
1.1.5	ESTOQUES	3.053.675,90	2.157.201,41

O controle de todo o Material de Consumo é realizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, tendo como base de mensuração o custo médio ponderado.

O saldo Conciliado, em 31/12/2020, é o saldo que consta no SIAD no valor de R\$3.058.108,51

A diferença apresentada de R\$4.575,81 foi decorrente da peculiaridade do Sistema de Administração Financeira – SIAFI ter permanecido disponível para abertura de registros contábeis (ajustes necessários) retroativos a 31/12/2020 conforme Decreto nº 48.080 de 11/11/2020 que dispôs sobre os Procedimentos de Encerramento do Exercício de 2020, para os Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Importante **esclarecer que o prazo se estendeu até a data limite de 10/01/2021**, enquanto que o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, conforme relatório SIAD NCONSSR11, não contemplou os lançamentos contábeis retroativos a 31/12/2020, realizados até 10/01/2021, por se tratarem de lançamentos referentes ao mês de janeiro 2021.

O controle do estoque da PGJMG é realizado por meio de três Unidades de Almoxarifado:

Unidade	2020	2019
Saldo SIAD em 31/12/2019 Unidade de Almoxarifado DIMAC - 1091024	863.685,45	712.921,52
Saldo SIAD em 31/12/2019 Unidade de Controle de Combustíveis GTA – 1091145	395.306,41	158.103,26
Saldo SIAD em 31/12/2019 Unidade de Almoxarifado DIMAM - 1091150	1.799.116,65	1.286.176,63
TOTAL CONCILIADO	3.058.108,51	2.157.201,41

O estoque da Divisão de Material de Consumo (DIMAC) é composto principalmente por materiais para escritório e artigos para limpeza e higiene que juntos representam 55% do total. Já na Divisão de Materiais de Manutenção (DIMAN) a maior parte dos bens estocados é composto por materiais elétricos e para manutenção e reforma de imóveis, que representam respectivamente 64% e 18% do total. A Unidade de Controle de Combustíveis (GTA) possui em estoque para atender os veículos da frota da PGJ gasolina, álcool hidratado e óleo diesel.

No Grupo do Ativo Circulante, os materiais não liquidados, mas já recebidos, integram o saldo da conta 1.1.5.6.1.04 – MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTES DE INCORPORAÇÃO RECEBIMENTO PROVISÓRIO, registrado como Recebimento Provisório, esta conta encerrou o mês com saldo de R\$143,20.

Sendo assim o saldo conciliado da Conta Almoxarifado – Consolidação (1.1.5.6.1) é:

Almoxarifado Material de Consumo - Balancete 31/12/2020	3.053.532,70
Requisição de Abastecimento da Frota período de 04/01/2021 a 10/01/2021 - Saídas de combustíveis, consumos efetivos, referentes a janeiro 2021 e considerados contabilmente PCASP saídas de dezembro 2020 Unidade de Almoxarifado de Controle de Combustíveis GTA 1091145 - Conforme Notas de lançamentos Contábeis - Nelas 014241 a 14.370 (Exceto NLC 014272)	3.985,81
Estorno de Recebimento Definitivo NLC 14.272 Unidade de Almoxarifado DIMAT - 1091024	590,00
Material de Consumo Pendente de Incorporação - Recebimento Provisório	143,20
TOTAL CONCILADO - CONSOLIDAÇÃO em 31/12/2020	3.058.251,71

Ativo Não Circulante

Estão classificados como Não Circulante os demais bens e direitos da Instituição cuja expectativa de realização sejam superiores a doze meses contados a partir da data das Demonstrações Contábeis.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Bens Móveis

A base de Mensuração dos Bens Móveis da Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais encontra-se evidenciada pelo Custo Histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, tais como Notas Fiscais e Termos de Doação, junto ao Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP) e Sistema PERGAMUM para o controle dos Acervos Bibliográficos.

Sistema de Controle de Bens Móveis	2020	2019
Sistema de Controle de Patrimônio SICCAP – Bens Móveis	97.196.312,41	66.383.714,53
Sistema PERGAMUM – Controle de Acervos Bibliográficos	616.731,11	608.961,22
TOTAL	97.813.043,52	66.992.675,75

CONTA		2020	2019
1.2.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	97.813.043,52	66.992.675,75
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	(31.947.584,77)	(24.432.062,37)
TOTAL BENS MÓVEIS		65.865.458,75	42.560.613,38

Cerca de 63% de todos os bens móveis da instituição são compostos por Equipamentos de Informática, seguidos pelos itens de mobiliário que corresponderam, em 2020, a mais de 15% do total e os veículos da frota do MPMG representam quase 5% dos bens móveis.

Das aquisições realizadas em 2020, mais de 72% foram de Equipamentos de Informática, 8% de Mobiliário e cerca de 6,5% foram Equipamentos de Segurança Eletrônica, o que reforça o grande investimento que vem sendo realizado, pelo MPMG, nos últimos exercícios, em Tecnologia da Informação.

Das baixas ocorridas no exercício de 2020, 37% foram realizadas nos Equipamentos de Informática, 27% em Veículos, devido a leilão realizado, e 13% em mobiliário. A maioria das baixas realizadas em bens móveis são devido às doações e transferências realizadas de bens classificados inservíveis para a instituição.

A Diretoria de Contabilidade realiza conciliação mensal entre os saldos dos bens móveis no SICAP e no SIAFI/MG, as conciliações do mês de dezembro são parte integrante desta Prestação de Contas, bem como os Relatórios das Comissões Inventariantes.

Bens Imóveis

Desde dezembro de 2013 todos bens imóveis do estado de Minas Gerais passaram a ser controlados de forma centralizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), sendo assim os imóveis de uso do MPMG não fazem mais parte do Ativo Imobilizado da instituição.



As contas que compõe o grupo de Bens Imóveis são as seguintes:

CONTA		2019	2019
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	83.904.946,05	77.722.589,19
1.2.3.2.1.06	INSTALACOES PENDENTES DE INCORPORACAO PATRIMONIAL – IMOVEIS	547.229,87	497.229,87
TOTAL BENS IMÓVEIS		84.452.175,92	78.219.819,06

Na conta Obras e Instalações em Andamento estão lançados os custos realizados das obras que ainda se acham em fase de execução e de obras finalizadas a partir do exercício de 2017, no valor de R\$61.704.946,05, além de parte (34,15%) da indenização paga em 2018 em decorrência da desapropriação do prédio situado na Rua Gonçalves Dias, nº 2.029, Bairro de Lourdes, nesta capital, conforme Decreto NE nº 536, de 27/12/2017, no valor de R\$22.200.000,00, esse imóvel foi adquirido em conjunto com o FEPDC e o FUNEMP, ambos geridos por este Ministério Público.

O valor incorporado, em 2020, nessa rubrica refere-se à execução de obras de edificações das Sedes Próprias do Ministério Público de Minas Gerais.

Já o saldo da conta *Instalações Pendentes de Incorporação Patrimonial – Imóveis* refere-se à Instalação de elevadores com fornecimento de material e mão de obra, bem como à manutenção nas Promotorias de Araguari, Lavras, Nova Lima, São João Del Rey e Teófilo Otoni, aguardando incorporação aos devidos imóveis e à aquisição, instalação, ressarcimento de peças, e manutenção preventiva e corretiva de grupo gerador aberto, o qual atenderá ao edifício Castellar Guimarães (sede) na cidade de Belo Horizonte/MG.

Depreciação

A depreciação dos bens móveis, implantada em 2013, foi calculada pelo método linear, utilizando as taxas estabelecidas na IN SRF nº 162 de 31/12/1998, vigente à época.

O saldo acumulado de R\$(31.947.584,77), refere-se à movimentação do exercício de 2010 até o mês de dezembro de 2020, sendo que em 2010, 2011 e 2012, a apropriação efetuada anualmente e, a partir de 2013 a apropriação passou a ser realizada mensalmente. O marco inicial da apropriação da depreciação inclui somente os bens que entraram em uso a partir do exercício de 2010, enquanto os anteriores a esse exercício aguardam a definição dos critérios e adequação dos procedimentos no Sistema de Controle de Bens Móveis.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A base de Mensuração dos Bens Intangíveis - Softwares da Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais encontra-se evidenciada pelo Custo Histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, Notas Fiscais de aquisição, registrados no ao Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).

CONTA		2019	2019
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	5.840.897,13	1.269.325,16

Em 2020 houve um aumento significativo de 360,14% na rubrica de Softwares, já é o segundo ano consecutivo que os Softwares apresentam aumentos significativos, fato explicado, novamente, pelos investimentos em Tecnologia da Informação, já mencionados. Mas apesar disso, é sabido que esse saldo não reflete a realidade do intangível deste Ministério Público.

Desde 2017 essa discrepância vem sendo estudada pela Auditoria Interna e Diretorias de Orçamento e Contabilidade, a fim de saná-la foi publicada a Portaria 3007/2017, que instituiu grupo para estudos acerca do Ativo Intangível no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 14/01/2020 foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do MPMG a Portaria PGJ nº 99, que altera a composição e o prazo para conclusão dos trabalhos do grupo interdisciplinar encarregado de proceder aos estudos acerca do Ativo Intangível do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Em 10/10/2020 foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do MPMG a Portaria n.º 1730, de 9 de outubro de 2020 que altera a composição e o prazo para conclusão dos trabalhos do grupo interdisciplinar encarregado de proceder aos estudos acerca do Ativo Intangível do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A Procuradoria Geral de Justiça ainda não reconhece, devido sua peculiaridade, a amortização dos intangíveis, no entanto, todos os estudos a respeito do Ativo Intangível da PGJMG e dos Fundos por ela geridos, serão objetos para apreciação oportuna do grupo acima citado.

Passivo

Segundo o MCASP Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, além dos benefícios assistenciais, com vencimento em até doze meses.

CONTA		2020	2019
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	45.688.530,57	87.633.332,55
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	21.163.307,98	59.673.010,87
2.1.1.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	23.732.867,98	27.577.616,81
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	792.354,61	382.704,87

O saldo deste grupo em relação ao exercício de 2020 é composto por:

Pessoal a pagar

- R\$ 575.214,82 refere-se ao complemento da folha de pagamento de ativos do mês de dezembro 2020 pago em janeiro de 2021;
- R\$4.342.728,78 é referente a data base devida aos servidores; e
- R\$16.245.364,38 corresponde a parte do valor PAE, ATS e URV devido aos membros.

Benefícios previdenciários a pagar

- R\$3.674.041,91 refere-se ao complemento da folha de pagamento de inativos do mês de dezembro/2020 pago em janeiro de 2021;
- R\$10.478.097,88 é referente ao valor de PAE, ATS e URV devido aos inativos;
- R\$621.527,97 refere-se ao complemento de folha de pensionista do mês de dezembro/2020 pago em janeiro de 2021; e
- R\$8.959.200,22 corresponde a parte do valor PAE, ATS e URV devido aos pensionistas.

Encargos sociais a pagar

- R\$792.354,61 referente à apropriação dos Encargos Sociais Parte Patronal competência dezembro/2020, todos recolhidos em janeiro de 2020;

No exercício de 2020 houve uma redução de 47,86% no grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo que se deve a dois principais fatores: boa parte das despesas com pessoal de dezembro de 2019 foi paga em janeiro de 2020, majorando, naquele ano, em cerca de R\$22.000.000,00; além disso, em 2020 houve o

cancelamento de Restos a Pagar Processados decorrente de anulação, por insubsistência, de R\$11.071.705,23 e R\$1.852.096,23, alusivos à Folha de Pagamento de Pessoal dos exercícios de 2016 (Auxílio Alimentação) e 2018 (Auxílio Saúde), respectivamente.

Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de materiais, da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar com vencimento em até doze meses

CONTA		2020	2019
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.513.857,51	1.979.200,03

Do total do saldo, apenas R\$127,37 refere-se a despesas ocorridas no exercício de 2019, o restante são despesas de 2020.

O aumento de 77,54% em relação ao ano anterior, deve-se pela folha de estagiários do mês de dezembro de 2020, no valor de R\$2.034.220,08, ter sido liquidada ainda dentro do exercício e paga em janeiro de 2021.

Demais Obrigações de Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores.

CONTA		2020	2019
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	28.510.116,85	25.985.522,56
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	28.510.116,85	25.985.522,56
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	10.515.249,64	5.551.242,34
2.1.8.8.1.02	PENSOES ALIMENTÍCIAS	219.340,11	401.915,73
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUIÇÕES/RETENÇÕES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA	414.821,83	268.204,91
2.1.8.8.1.16	CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO FINANCEIRO PREVIDENCIÁRIO - FUNFIP	7.311.148,72	9.961.128,43
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	10.049.556,55	9.803.031,15

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido de acordo com o MCASP é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Resultados Acumulados

No PL deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens, conforme quadro abaixo:

CONTA		2020	2019
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	360.604.147,12	284.223.655,25
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	(12.956.371.978,85)	(10.965.345.451,40)
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	(1.991.026.527,45)	(1.877.127.847,38)
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(10.965.345.451,40)	(9.088.217.604,02)
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	13.316.999.467,04	11.249.569.106,65
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.067.430.360,39	1.979.384.651,63
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.249.569.106,65	9.270.184.455,02
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-23.341,07	
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-23.341,07	

Observa-se que em 2020 a Procuradoria Geral de Justiça apresentou um Superávit de R\$76.380.491,87 demonstrando a boa gestão patrimonial da instituição. Este resultado pode ser visualizado na Demonstração das Variações Patrimoniais, já no Balanço Patrimonial é obtido pela diferença da conta 2.3.7 do exercício de 2020 em relação a 2019, bem como o somatório das contas 2.3.71.1.01, 2.3.7.1.2.01 e 2.3.7.1.3.

Em 2020 o Resultado Positivo do exercício foi cerca de 25,31% menor em relação a 2019, as alterações patrimoniais que justificaram a variação do valor do patrimônio líquido, entre os dois exercícios, encontram-se detalhadas nas Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Patrimoniais	2020	2019
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	279.103.723,46	275.739.767,45
ATIVO PERMANENTE	159.212.928,59	124.207.679,90
TOTAL DO ATIVO	438.316.652,05	399.947.447,35
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO	220.960.243,53	219.892.080,01
TOTAL DO PASSIVO	220.960.243,53	219.892.080,01
SALDO PATRIMONIAL	217.356.408,52	180.055.367,34

O Ativo Financeiro compreende os valores numerários e os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária.

No Ativo Permanente encontram-se os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O Passivo Financeiro engloba as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

No quadro anterior observa-se a capacidade da Instituição em quitar suas obrigações com folga, tendo em vista que o passivo financeiro foi equivalente a 79,17% do ativo financeiro em

2020, representando 63,68% do total do ativo da instituição. Além disso, o Superávit Financeiro apresentado de R\$58.143.479,93 (obtido pela diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro) demonstra uma gestão financeira eficiente, eficaz e equilibrada.

Quadro das Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos. Os Atos Potenciais, de acordo com o MCASP, podem vir a afetar, positivamente ou negativamente, o patrimônio imediata ou indiretamente.

	2020	2019
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	11.964.989,25	11.199.923,48
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	11.964.989,25	11.199.923,48
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	322.646.458,35	335.630.307,28
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	322.646.458,35	335.630.307,28

As Garantias e Contra garantias são decorrentes de Fianças e Apólices de Seguros ofertadas em garantias aos contratos firmados pelo MPMG, sendo controlados pela Diretoria de Contratos e a responsabilidade dos registros contábeis pela Diretoria de Contabilidade.

CONTA		2020	2019
8.1.1.1.01.01	FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS A EXECUTAR	544.547,59	498.975,00
8.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS A EXECUTAR	11.420.441,66	10.700.948,48

Todas as Garantias ofertadas estão previstas no Art. 56 da Lei 8.666/93. Importante salientar que a PGJMG possui ainda (07) sete registros de Títulos Cauccionados, também ofertados como garantia a contratos, igualmente previstos na Lei 8.666/93, porém seu valor, de R\$150.817,27, não foi considerado no Quadro das Contas de Compensação.

Da mesma forma são realizadas mensalmente, também pela Diretoria de Contabilidade, conciliações das Obrigações Contratuais, que incluem contratos de fornecimento, aluguel, execução de obras e contratos de serviços, sendo este último o mais significativo representando 71,84% do total, conforme quadro abaixo:

CONTA		2020	2019
8.1.2.3.1.01	CONTRATO DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	15.561.271,86	32.213.740,87
8.1.2.3.2.0	CONTRATO DE SERVIÇO - A EXECUTAR	231.797.670,04	245.591.733,54
8.1.2.3.3.01	CONTRATO DE ALUGUEL - A EXECUTAR	39.022.285,06	44.701.394,06
8.1.2.3.4.01	- CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS - A EXECUTAR	36.265.231,39	13.123.438,81

Nota-se em 2020 reduções nas obrigações contratuais a executar, com exceção dos contratos de execução de obras, isso devido ao contrato firmado para a execução de obra de edificação da sede das Promotorias de Justiça na cidade de Juiz de Fora.

Entre os contratos de serviços, os mais expressivos são de Terceirização de Pessoal, os de serviços ligados a informática e Tecnologia da Informação, bem como os de Engenharia e Projetos. Já entre os Contratos de Fornecimento os mais relevantes são os referentes à equipamentos de informática, os combustíveis e mobiliário.

Embora não conste no Quadro das Contas de Compensação, o MPMG reconhece a existência da dívida decorrente do somatório de saldos de URV - Unidade Real de Valor, Diferença de Subsídio, Ajuda de Custo, PAE – Parcela Autônoma de Equivalência, ATS - Adicional de Tempo de Serviço, referente aos membros, bem como saldo remanescente de Datas-bases dos exercícios de 2013 a 2019 e movimentação da Carreira do exercício de 2018 e 2019 aos servidores. O Saldo atualizado e conciliado em 31/12/2021 é R\$350.606.863,66 e encontrasse registrado em Atos Potenciais Passivos na Conta PCASP 8.1.2.9.1.12 - Obrigações de Pessoal a Apropriar. Mais informações sobre o cálculo, a contabilização e evolução da dívida encontram-se nas Notas Explicativas ao Balancete de 31/12/2020 e no Relatório de Gestão, ambos são parte integrante da Prestação de Contas Anual da Procuradoria Geral de Justiça.

O Ministério Público de Minas Gerais possui outras contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos que não foram consideradas no Quadro das Contas de Compensação. Cabe aqui lembrar que as Demonstrações Contábeis da Instituição são elaboradas pela SEF/MG que nos informou, por meio de sua Diretoria Central de Contabilidade Governamental (SCCG), que o quadro em questão está de acordo com orientações editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com o MCASP a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do exercício é obtido na DVP, pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), sendo em 2020, superavitário no valor de R\$76.380.491,87.

Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são transações que promovem alterações aumentativas nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o Resultado.

VPA		2020	2019	Varição	%
4.3	EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	9.386,34	31.611.032,67	(31.601.646,33)	(99,97)
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	4.116.099,33	6.474.755,15	(2.358.655,82)	(36,43)
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.929.035.457,39	2.745.693.136,46	183.342.320,93	6,68
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.112.311,27	1.977.829,36	(865.518,09)	(46,76)
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.765.953,43	6.819.655,02	8.946.298,41	131,18
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.950.039.207,76	2.792.576.408,66	157.462.799,10	5,64%

Em 2020 as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA(s) aumentaram em média 5,64% em relação a 2019, sendo que o maior aumento foi observado em Transferências e Delegações Financeiras Recebidas, isso devido ao próprio aumento ocorrido nas dotações orçamentárias para o exercício de 2020.

A Exploração e Vendas de Bens e Direitos apresentou redução de 99,97%, em relação ao exercício anterior, devido ao convênio firmado, em 2019, com o Banco do Brasil, relativo à exploração da folha de pagamento de pessoal do MPMG, na ordem de R\$28.974.077,00, bem como ao LVII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais também realizado naquele exercício.

Houve também uma redução de 36,43% nas Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, justificada pela queda apresentada, em 2020, nos rendimentos dos fundos de renda fixa, tendo em vista que nessa conta são registrados os rendimentos financeiros obtidos através dos recursos da PGJ aplicados em Títulos Públicos.

Foi observado aumento de 131,18% em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, justificada pelo cancelamento de Restos a Pagar Processados, decorrente de anulação, por insubsistência, no valor de R\$12.923.801,46, alusivo à Folha de Pagamento de Pessoal – Auxílio Alimentação e saúde, referentes aos exercícios de 2016 e 2018, respectivamente.

Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são transações que promovem alterações diminutivas nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

VPD		2020	2019	Varição	%
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.654.501.046,95	1.613.916.652,75	40.584.394,20	2,51
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	305.346.646,48	278.553.897,96	26.792.748,52	9,62
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	161.717.178,37	147.504.829,72	14.212.348,65	9,64
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	5.098,64	3.699,85	1.398,79	37,81
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	645.091.192,04	553.189.492,24	91.901.699,80	16,61
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	4.723,63	(4.723,63)	(100,00)
3.7	TRIBUTARIAS	483.127,85	400.984,25	82.143,60	20,49
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	106.514.425,56	96.745.324,01	9.769.101,55	10,10
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.873.658.715,89	2.690.319.604,41	183.339.111,48	6,81%

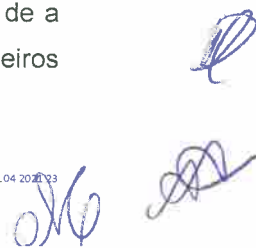
As Variações Patrimoniais Diminutivas apresentaram em 2020 acréscimo ligeiramente maior que as Variações Patrimoniais Aumentativas, quando as comparamos com o exercício anterior, sendo seus respectivos percentuais 6,81% e 5,64%. Fato esse explicado, principalmente, pela redução, em 2020, dos Recebimentos decorrentes da *Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos* bem como das *Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras*, ambas já discutidas no item anterior.

Pessoal e Encargos representaram 57,57% do total dos gastos da Procuradoria Geral de Justiça, sendo que em 2020 não foi observado aumento significativo nesta rubrica, ficando apenas 2,5 pontos percentuais maior em relação ao exercício anterior, esse aumento é decorrente do crescimento da folha de pagamentos de membros e servidores ativos do MPMG. A maioria das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD(s) relevantes apresentaram percentuais de crescimento próximo a 10% que se justifica pelo aumento apresentado no orçamento de 2020.

Fugindo a esta tendência a conta de Baixa de Bens e Direitos, Grupo de Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, apresentou um crescimento de 69,38%, em relação a 2019, isso foi devido a diversos fatores, relacionados à desincorporação de bens doados (39%) transferidos (35%), reclassificados (16%), alienados (8%) e extraviados (2%), sendo que os equipamentos de informática, comunicação e segurança representaram algo em torno de mais de 60% do total das desincorporações. As doações e transferências entre órgãos, dizem respeito, em sua quase totalidade, para a transmissão dos bens classificados como sucata e inservíveis à PGJMG para bolsa de materiais da SEPLAG e doação à ASSOCIRECICLE, e são realizadas conforme minuciosa avaliação do Grupo de Apoio à Gestão de Bens Permanentes e de Consumo (GAGBPC). O total dos bens alienados lançados nesta VPD refere-se à diferença entre o valor histórico dos veículos e a receita obtida no Leilão 054/2020. Os Bens extraviados foram baixados por recomendação do Grupo de Apoio à Gestão de Bens Permanentes e de Consumo e autorizados pelo Procurador Geral de Justiça Adjunto Administrativo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Segundo o MCASP a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) permite identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa na data das demonstrações. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

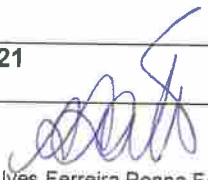
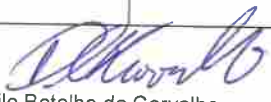


A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo Método Direto evidenciando a movimentação de caixa e, de seus equivalentes, nas atividades Operacionais e de Investimentos, uma vez que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais não possui Empréstimos ou Financiamentos.

No exercício de 2020, as Atividades Operacionais geraram Fluxo de Caixa Líquido na ordem de R\$14.183.716,83, sendo que a maior fonte de Ingressos de Recursos, deste grupo, são as Transferências Recebidas Execução Orçamentária- RP que equivalem a 96,53% do total, enquanto que os desembolsos com Pessoal e Demais Despesas representam 89,75% do total das Saídas de Recursos. A redução de 61,98% no fluxo de caixa operacional gerado no atual exercício, quando comparado ao ano anterior, deve-se a diminuição das Receitas Derivadas e Originárias devido ao convênio firmado, em 2019, com o Banco do Brasil, relativo à exploração da folha de pagamento de pessoal do MPMG e ao fato de em 2020 não ter havido concurso para ingresso na carreira do MP.

As Atividades de Investimentos geraram Fluxo de Caixa Líquido de R\$8.048.871,27 sendo que 98,969% dos Ingressos de Recursos desta fonte vem das Transferências Recebidas Execução Orçamentária- RP, e o restante dos ingressos se aplica à rubrica de Alienação de Bens, realizada através do Leilão 054/2020. Já em relação aos Desembolsos, 97,19% estão relacionadas à rubrica Aquisição de Ativos Não Circulante.

A geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa através das duas atividades acarretou no Resultado Positivo apresentado pelo Balanço Financeiro de R\$22.232.588,10, decréscimo este, em torno de 61,98% menor em relação ao Resultado de 2019 devido a redução das Receitas Derivadas e Originárias. É possível observar a gestão equilibrada da instituição que apesar das reduções de receitas, ocorridas no exercício de 2020, ainda obteve resultado positivo de 0,99% do total dos ingressos de recursos.

Belo Horizonte, 28 de abril 2021	
 Mariana Silva Neves Pereira Analista do MP Mamp 4030-00 CRCMG 90.841	 Tânia Alves Ferreira Penna Forte Coordenadora de Contabilidade Oficial do MP- Mamp 2583-00 CRCMG 75.875
Responsável pela Emissão	Contador
 Danilo Botelho de Carvalho Mamp 4537-00	
Superintendente de Finanças	